

THE ECONOMY OF INDUSTRIAL CONSUMPTION IN BRAZIL

This study amounts to an extensive analyses of the process of economic development in Brazil. It is a very personal exposition of the author's points of view, and it has been divided into the following chapters: "Antecedents of the Present-day Porcess", "Elements of the New Model"; "Dominant Groups in the Brazilian Process of Development"; "The Structure of the National Market for Industrialized Expansion of High-Salaried Employment"; "The Growth of Urban Services"; "The Exploitation of the Mechanism of Credit"; and, "The Favorable Future Directions of the Process".

In his conclusions, the author concedes that the main lines now in effect in the Brazilian economic process were formulated long ago, but were not exercised due to historical conditions.

L'ECONOMIE DE CONSOMMATION INDUSTRIELLE AU BRÉSIL

L'étude de M. Peltier équivaut à une large analyse du processus de développement brésilien, bien que l'exposition des points de vue de l'auteur soit très personnelle.

Le travail se compose des chapitres suivants: "Antécédents du processus actuel de développement", "Les éléments du nouveau modèle", "Les groupes dominants dans le processus de développement brésilien", "La structure du marché national de produits industrialisés", "Considérations sur l'emploi au Brésil", "L'expansion des occupations à haut revenu", "La croissance des services urbains", "L'exploration du mécanisme de crédit", "Les perspectives futures favorables du processus".

L'auteur admet dans les conclusions de son étude que les grandes lignes mises en oeuvre maintenant, dans le processus économique brésilien, étaient proposées il y a des années mais ne pouvaient pas être utilisées faute des conditions historiques nécessaires et qui sont apparues récemment.

DESENVOLVIMENTO URBANO: UM ENFOQUE ECONÔMICO

José da Silva Azevedo

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Se considerarmos que os setores secundário e terciário da economia — responsáveis pela geração de mais de 80% do produto interno bruto — constituem atividades basicamente urbanas, e verificarmos, pelas estatísticas censitárias, que, a esta altura, cerca de 60% da população brasileira já vive em aglomerados urbanos, forçoso será reconhecer que as cidades estão a desempenhar, no processo de desenvolvimento econômico e social, papel de fundamental importância que é preciso saber aproveitar, quando se pretende "queimar etapas".

Em outras palavras, o êxito do desenvolvimento econômico e social do País está profundamente condicionado ao sucesso que possa advir da orientação adequada dos rumos da nossa expansão urbana. É necessário utilizar racionalmente os impulsos positivos dessa expansão urbana, para reforçar o progresso econômico e social de modo a que, pelo chamado "efeito de encadeamento", se possa chegar ao desenvolvimento auto-sustentado.

2. A CIDADE VISTA DO LADO DA OFERTA

Se as cidades respondem por mais de 80% do nosso PIB, percebe-se, de logo, que o setor urbano desempenha, do lado da oferta, importante função econômica. Esse fato é um dado valioso a pesar na decisão de investir na melhoria do bem-estar da população, tanto mais quando se vive uma fase em que o aumento acelerado do PIB traduz meta extremamente cara às aspirações da nação brasileira. Essa preocupação se justifica tanto mais quanto a sustentação do desenvolvimento econômico depende, inquestionavelmente, do nível de inversões, o qual só será viável se existir um excedente econômico compatível com ele, o que, por sua vez, exige altas taxas de crescimento do PIB. Sob essa ótica, o funcionamento das nossas cidades deve objetivar a maior eficiência possível, não apenas no sentido de obtenção de maior produção de bens e serviços, mas de *fazê-lo ao menor custo social e privado*. Para tanto, é indispensável formular um modelo de organização da nossa rede urbana — aqui entendida como o conjunto das cidades nacionais — de forma a garantir, a um só tempo, a desejada maximização da produção de bens e serviços e a necessária minimização dos seus custos. Uma vez definidos certos parâmetros políticos, sociais e econômicos, essas questões, do ponto de vista técnico, se resumem no equacionamento de dois problemas de programação matemática — um de maximização e outro de minimização — cuja solução pode ser simplificada pelo recurso das técnicas de Análise de Sistema, Pesquisa Operacional, Programação Linear, Análise de Umbral e Análise Marginal. Com isso não queremos subestimar a complexidade dos problemas técnicos envolvidos, mas pretendemos dar ênfase especial às questões políticas, sociais e econômicas que fornecem o basilar e condicionam todo planejamento, além de comandar as decisões executivas em todos os níveis.

3. A CIDADE VISTA DO LADO DA DEMANDA

Abrigando cerca de 60% da população — a qual detém 80% da renda nacional — e tendo responsabilidade crescente na geração de empregos, a cidade exerce, por isso mesmo, função fundamental, do ponto de vista da demanda final — consumo de bens e serviços. Assim, da eficácia do seu desempenho na distribuição dos referidos bens e serviços, e da sustentação de altos níveis de emprego, depende, fundamentalmente, o bem-estar social. Se não nos contentarmos apenas com o crescimento do PIB, mas desejarmos o aumento do BEL, tal como o conceitua Paul Samuelson, a organização das nossas cidades será, a um só tempo, o grande desafio de nossa geração e o principal campo de atuação dos planejadores e executores da política de desenvolvimento nacional.

4. O PLANEJAMENTO URBANO E O NACIONAL

O pleno emprego e o aumento dos padrões de consumo constituem objetivos políticos que inspiram a intervenção dos governos no domínio da economia. No

modelo de organização que se estabeleça para as nossas cidades como instrumento de ação política, deve constar uma função — objetivo, cuja resolução nos forneça as condições que possibilitem a maximização do produto e a otimização da distribuição da renda de modo a contribuir para a atenuação do secular dilema da sociedade humana: máxima eficiência econômica, com crescente equidade social.

Porque a eficiência econômica e a equidade social são objetivos, que, em certa medida, se revelam conflitantes, a envolver, de um lado, grande dose de racionalidade nas decisões econômicas e a reclamar, de outro lado, grande conteúdo social nas decisões políticas, impõe-se, sem dúvida, a necessidade de um amplo planejamento urbano como modo de identificar as melhores alternativas de atuação do Poder Público no interesse de conciliar a economia com os princípios de justiça social.

Assim é que os objetivos do planejamento urbano se inserem entre objetivos maiores do planejamento nacional.

5. A CENTRALIDADE URBANA

Embora desde a antiguidade se saiba que o funcionamento da cidade ganha complexidade com seu tamanho e se tenha constatado o seu poder de influência sobre uma região (metrópole regional) e até mesmo sobre todo o país (metrópole nacional) em verdade, até aqui, ainda são poucos os conhecimentos analíticos, que no particular existem. Conseqüentemente, não há mecanismos de controle disponíveis, capazes de permitir sejam estabelecidos rumos definidos à condução das cidades.

É que só recentemente as investigações sobre a economia regional ganharam caráter sistêmico, com tendência à valorização do papel das cidades. Mesmo assim são estudos tentativos e ainda não sistematizados da macro-economia urbana, manipulados por reduzido número de especialistas e que, por isso mesmo, ainda não ganharam aceitação geral nem foram traduzidos em instrumentos de atuação prática.

Tendo em vista, portanto, as grandes funções técnicas, administrativas, culturais, financeiras, comerciais, industriais, etc., desempenhadas pelas cidades, em decorrência, basicamente, de substantivas economias externas, quer de aglomeração, quer de escala, que lhe conferem vantagens locais, cumpre aqui que sejam identificadas como "lugar central" do processo econômico regional e nacional, segundo nos ensina a teoria de Christaller.

6. A POLARIZAÇÃO URBANA

Considere-se que, a partir das cidades maiores para as menores, e destas para o campo, se desenvolvem notáveis repercussões positivas no sentido de propagação

das inovações tecnológicas. Por outro lado, pelo efeito de complementaridade campo-cidade, grandes fluxos econômicos e culturais se estabelecem no duplo sentido (campo-cidade e cidade-campo), o que possibilita aos centros urbanos, pela condição, já aludida, de "lugar central", o exercício do conhecido efeito de atração, efeito este que, de acordo com o princípio do que denominamos de Física Social, pode exprimir-se pela fórmula: $F = K \frac{P_1 P_2}{d^2}$ (1). E, igualmente,

concorre para que as cidades produzam efeito de irradiação, o qual, segundo os preceitos do que denominamos Mecânica Econômica, se exprime, também, desta maneira: $I = K \frac{P_2}{d}$ (2). Esta fórmula define o potencial de influência de um centro nas atividades e decisões econômicas, políticas, culturais, sociais, técnicas, dentre outras, em sua área de dominação. Nessas fórmulas, por analogia com a física Newtoniana e a eletrostática, se procura mostrar o efeito propulsor que exercem as populações (massas humanas) na economia regional e o amortecimento desse efeito mediante a fricção da distância.

Tanto os efeitos de atração como os de irradiação, apresentam amplos reflexos econômicos, fazendo por influenciar os processos de produção, circulação e consumo, mudando os níveis de expectativas e ampliando as aspirações populares. Esses fatos se traduzem, segundo os conceitos de Perroux, pelos conhecidos efeitos de polarização econômica e polarização social, que se fazem sentir sobre determinada área dita "área polarizada". Compreende-se, assim, que o espaço econômico da cidade transcende o seu espaço geográfico, para abranger toda uma região periférica que, à semelhança de um fenômeno de maré, passa a sofrer os fluxos e influxos (expansão ou recesso), conforme a pulsação do seu centro dinâmico.

7. PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL INTEGRADO

Essas observações nos levam a compreender que a cidade ocupa um papel importantíssimo no desenvolvimento regional, quer como centro demandante dos produtos agrícolas e industrializados, quer como centro ofertante de produtos industriais e serviços especializados, quer como pólo irradiador de cultura, tecnologia e informações, ou ainda, como centro das principais decisões. Por esse processo de encadeamento e mútua dependência, a cidade transmite à sua região os impulsos benéficos de seu progresso, e, também, as repercussões negativas de suas recessões. Pode, ainda, facilitar a melhor distribuição da renda e também contribuir para a maior concentração regional. Mas, ao invés, pode vimento através do conhecido "efeito de sifonagem".

Conclui-se, pois, que o correto planejamento regional deve incluir, necessariamente, o planejamento urbano, ou seja, é preciso criar-se metodologia, técnicas e rotinas para a realização do planejamento urbano-regional integrado.

Colocado, assim, o planejamento urbano como variável estratégica do planejamento a nível nacional, a nível regional e local, justifica-se um grande esforço

no sentido de identificar a atual estrutura urbana nacional, objetivando diagnosticar os seus pontos de estrangulamento e deficiências, bem como a sua capacidade ociosa e potencialidades para atuar como centro dinâmico e polarizante, não só minimizando os esforços necessários, mas, sobretudo, multiplicando os benefícios coletivos dos investimentos; em outras palavras, reduzindo os investimentos *per capita* para o mesmo padrão de bem-estar social e econômico.

8. PLANEJAMENTO URBANO E OBJETIVOS NACIONAIS

Com base nesse diagnóstico e tendo em vista os postulados fundamentais da sociedade que se deseja modelar no futuro, pode-se sugerir a reformulação da nossa rede urbana com o objetivo de alcançar repercussões favoráveis, não apenas inter e intra-urbanas, mas também inter e intra-regionais, de forma a contribuir, significativamente, para a consecução dos maiores objetivos da política nacional de desenvolvimento econômico-social, quais sejam:

- Crescimento acelerado
- Pleno emprego
- Bem-estar social
- Integração nacional.

9. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE NOSSAS CIDADES

A análise detalhada da distribuição espacial das nossas cidades, com a preocupação de definir a sua estrutura e o seu grau de interdependência — quer pelo método dos fluxos econômicos ou de comunicações, quer pelo método gravitacional, de potencial ou outros — nos leva a concluir que nos afastamos dos dois modelos teóricos tradicionais (lognormal e primaz).

Evidentemente, num estudo muito agregado e superficial, a curva representativa da distribuição das nossas cidades parece-nos indicar um modelo de distribuição lognormal.

No entanto, a nível de maior desagregação, notaremos fortes inflexões e descontinuidade na referida curva de distribuição, a denotar, por um lado, a presença de algumas metrópoles, por outro, a ausência de cidades intermediárias e, finalmente, uma forte concentração de cidades pequenas. Segundo os esquemas geográficos de análise espacial, esse modelo de distribuição das nossas cidades se apresenta bastante desequilibrado e desarticulado, dificultando que as cidades desempenhem as funções que lhes cabem no desenvolvimento nacional. E isso porque, embora tal modelo permita a realização do "efeito de sifonagem", que reforça a centralidade urbana, transformando as cidades, apenas, num pólo de crescimento. Nesse contexto não se propaga o efeito de irradiação, o qual pressupõe a existência de cidades grandes, médias e pequenas, em quantidade definida e conveniente, como única fórmula capaz de garantir o desenvolvimento

integral e harmonioso, que permita não só a propagação dos resultados benéficos do progresso, nos momentos de euforia econômica, mas também a redistribuição dos efeitos maléficis das crises, reduzindo, assim, os seus custos sociais, políticos e econômicos.

A distribuição das cidades brasileiras, em última análise, se assemelha ao modelo primaz, ou, mais propriamente, a um arranjo de subsistemas primazes.

Esses subsistemas indicam, em princípio, um elevado grau de desintegração sócio-econômica, que encontra explicação não só em nossa grande extensão territorial, mas, especialmente, no processo histórico de nossa formação econômica, o qual tem as suas raízes na divisão internacional do trabalho, inspirada na escola liberalista Ricardiana, idealizadora da teoria das vantagens comparativas, que foi aplicada a serviço dos ideais políticos mercantilistas. Teoria essa que explica o funcionamento, a estrutura e o *feedback* do modelo centro-periferia.

Das nossas principais cidades se constituem em verdadeiros encravamentos econômicos, voltadas, basicamente, para interesses externos com pouca ou nenhuma vinculação com o resto do País, como resultante do modelo político e econômico que presidiu a nossa formação histórica — o modelo mono-primário-exportador. Esse modelo concorre para alimentação de um mecanismo automático de concentração econômica e demográfica, que acentua a dualidade de nossa economia, mediante o recrudescimento das disparidades de renda e oportunidade. Por fim, esse processo estabelece um resistente círculo vicioso, que favorece à perpetuação do nosso subdesenvolvimento.

10. O PLANEJAMENTO URBANO A NÍVEL NACIONAL

Por tudo quanto foi dito, a nível nacional o planejamento urbano precisa estimular a formação de cidades intermediárias, a fim de que em futuro não muito distante, sejam eliminados esses vazios na distribuição dos nossos centros urbanos e assim possam as cidades cumprir com maior eficiência as suas funções.

Para tanto, será necessário desenvolver não apenas estudos que nos conduzam a determinar um modelo para nossa estrutura urbana, permitindo dimensionar o tamanho ótimo para as nossas cidades e atribuir-lhes responsabilidades mais definidas no nosso processo econômico e social, mas também definir políticas capazes de facilitar a integração nacional, através dos mecanismos de polarização em cuja dinâmica as cidades ocupam um papel inexcusável, pela transmissão de benefícios, diretos e indiretos, à sua área de influência. Afirma Carlos Maurício que "certos fatos ocorridos fora do centro são mais importantes para o seu destino que fatos ocorridos internamente".

Esse modelo apresentaria algumas restrições, das quais a primeira seria desestimar a tendência à super-concentração que, obviamente, conduz a ponderáveis desequilíbrios externos, e por isso incorre em altos custos sociais e privados, tão conhecidos nas megalópoles, tais como a poluição, o engarrafamento, a crimi-

nalidade, por força do elevado monocentrismo que adquirem. Isso, aliás, já ocorre em algumas metrópoles brasileiras.

A outra restrição importante seria evitar uma distribuição atomizada das cidades. Nessa hipótese, haveria o inconveniente da impossibilidade de formação de economias de escala, indispensáveis ao bom desempenho das funções econômicas e não econômicas das cidades.

11. O PLANEJAMENTO URBANO A NÍVEL REGIONAL

A nível regional, a nossa atual rede urbana apresenta uma forte centralidade e se enquadra, na grande maioria dos casos, no modelo primaz. Isto significa que, na região, a hierarquia das nossas cidades obedece ao seguinte esquema geral: uma metrópole (quase sempre a capital do Estado), ausência de cidades médias e um grande número de cidades pequenas dispersamente distribuídas, o que resulta numa matriz de distribuição bastante desequilibrada, ou seja, com muitos zeros. Estabelece-se, assim, a supremacia de uma cidade onde se concentram as decisões políticas, econômicas e administrativas, inibindo cada vez mais a autonomia e o crescimento dos centros menores.

Em face dessa realidade, ter-se-á, então, que desenvolver um esforço de esquamatização no sentido de conceber mecanismos indutores, capazes de conduzir à formação de cidades intermediárias, necessárias à facilitação do processo de difusão das mudanças sociais e das conquistas tecnológicas, através de novos padrões de produção e consumo, acelerar os fluxos e refluxos de informações em todo território nacional, de modo a tornar possível a integração econômica e social, pela efetiva participação da população nos resultados materiais e imateriais do desenvolvimento e nas decisões que influam no seu destino.

12. O PLANEJAMENTO URBANO A NÍVEL LOCAL

A nível local, o desenvolvimento urbano tem mais a ver com a organização física dos espaços internos das cidades, visando a sua distribuição ótima pelos diversos usos. Em função dessa distribuição otimizada, define-se a infra-estrutura econômica e social, dimensionam-se as obras necessárias e projetam-se os investimentos requeridos de modo a garantir, no mais curto prazo possível, maior oferta de bens e serviços ao menor custo. Dessa maneira, o benefício social será ampliado, em virtude da maior acessibilidade da população a esses mesmos bens e serviços, como consequência direta do menor preço.

As novas técnicas de Análise de Umbral prestam inestimável auxílio no estabelecimento da melhor solução e na definição das prioridades de investimento.

Significativa importância deve ser dada ao estudo da vocação das cidades do ponto de vista das suas funções econômicas básicas (indústria, comércio, turismo, etc.), geradoras de um excedente econômico responsável pela sustentação do seu desenvolvimento. É necessário, por outro lado, atentar para a

ordenação física dos espaços intra-urbanos (áreas para comércio, residência, indústria, circulação, recreação, etc.), de modo a possibilitar não só a redução dos custos operacionais da cidade, vista como unidade produtiva, mas também, o aumento da amenidade urbana, permitindo o equilíbrio funcional da cidade, vista como *habitat* do homem.

É absolutamente indispensável evitar-se a obsolescência prematura do capital social fixo nas nossas cidades. Essa obsolescência resulta da desenfreada especulação imobiliária praticada no mercado de solo urbano. Na indústria da construção civil, os fatores de produção (terra e capital) são usados e se substituem de forma absolutamente desordenada, o que ora estimula a verticalização violenta das metrópoles e ora incentiva a sua expansão horizontal e fragmentária. Com isso, cresce, indiscriminadamente, a densidade predial e demográfica em certas áreas, em contraposição a outras, que permanecem sub-ocupadas, transformando a simultaneidade da carência e da ociosidade de infra-estrutura básica num "fatalismo urbano". A ocorrência de uma imprevisível demanda localizada de serviços, muito acima da capacidade instalada dos equipamentos, acelera o obsolescimento econômico destes. Assim, os habitantes das grandes cidades estão obrigados a um penoso e contínuo ajustamento, além de pagarem um custo de oportunidade elevado e regressivo. Ambos os fatos decorrem da existência de um código de urbanismo estático e seletivo, que não só favorece a ampliação das disparidades intra-urbanas, mas, sobretudo, divide a cidade, por categorias econômicas, em bairros fechados socialmente, quando se deveria construir uma sociedade democrática e aberta.

Na formulação de qualquer estratégia de planejamento urbano, ganham importância os seguintes pré-requisitos:

a) Um plano local integrado, onde sejam identificadas vantagens comparativas, de modo a que se possa induzir cada cidade à especialização das suas atividades, de acordo com as suas potencialidades, e em razão do que os custos sociais e privados se tornem menores, beneficiando a coletividade como um todo. É verdade que a inexistência de uma função de produção para as cidades dificulta a avaliação da eficiência de um projeto urbano, especialmente, pelo grande peso relativo de muitas variáveis não econômicas em jogo. Variáveis estas de comportamento em boa medida imprevisível, mas, seguramente, com bastante influência nos resultados finais.

b) Um plano diretor, instrumento básico e disciplinador da malha urbana e definidor da sua configuração futura. Esse plano, contudo, não deve objetivar, apenas, a arrumação física de suas áreas, mas deve preocupar-se, também, em obter economicidade no desempenho das diversas funções da cidade, e nos serviços que esta deve prestar aos seus habitantes e aos dos municípios de sua área de influência, para que todos sejam beneficiados pelo intercâmbio e seja estimulada a sua expansão e naturalmente reforçados os efeitos de reciprocidade.

c) Planos setoriais e sub-setoriais integrados, que devem ser concebidos de forma a se conseguir efficientizar, em particular, cada setor, tal como o de rede

d'água, o de luz, o de energia, o de transporte e outros, evitando que, nas diversas áreas da cidade, ora ocorra a ociosidade de certos serviços, ora a sua insuficiência, o que se constitui no paradoxo mais irritante e comum das mesmas. Na compatibilização dos projetos setoriais, deve-se lançar mão das técnicas de sub-otimização. Preocupação fundamental deve merecer ainda a superestrutura comunitária, escolas, comércio, hospitais, recreação, universidades, etc., para possibilitar aumento crescente do bem-estar atual e futuro da coletividade.

Esses fatos implicam, por vezes num profundo remanejamento físico das nossas cidades e numa total mudança dos mecanismos de tomada de decisão política, especialmente no que diz respeito às funções de transportes, uso do solo e habitação, as quais influem decisivamente na textura urbana, delas dependendo a eficiência das cidades como *habitat* do homem, objetivo maior a ser perseguido em todo planejamento urbano.

A inexistência de métodos analíticos para alocação de recursos ao setor urbano estimula a que as decisões de investir sejam comandadas pelas pressões políticas e sociais de certos grupos com acesso à estrutura de poder. Compreende-se pois a dificuldade do técnico em planejamento urbano, quando está diante da responsabilidade de quantificar metas e traçar alternativas que sirvam de base à decisão política. Contudo, até que novas técnicas sejam elaboradas, essas dificuldades podem ser parcialmente resolvidas pelos processos-tentativas e pela adaptação dos métodos de "benefício custo", "valor atual", "reposição" e "princípio da taxa de retorno", que, embora não fornecendo resultados exatos, nos dão boas indicações de como agir.

13. URBANISMO ECONÔMICO E SOCIAL

Afinal, considerando que o nosso planejamento urbano se tem restringido - quase que exclusivamente a um remanejamento simplista de suas áreas, a nossa tese é a de que o planejamento urbano brasileiro deve ser reformulado na sua filosofia, de modo a incluir nas suas proposições, não apenas o urbanismo físico, mas também o urbanismo social e econômico; além disso, não deve ficar limitado ao planejamento local, mas se inserir como elemento central do planejamento regional e nacional.

Dessa forma, lhe será dada maior abrangência e mais conteúdo, e, ao mesmo tempo, será garantida a sua viabilidade, não só do ponto de vista técnico, como também do econômico e político, com o que o planejamento urbano alcançará não apenas beleza formal, mas, sobretudo, consistência global.

14. PLANEJAMENTO DINÂMICO

Um estudo dessa natureza formulará objetivos de curto, médio e longo prazo, que sirvam como orientação de todo o planejamento: definir proposições claras

no campo da intervenção física, que sejam, ao mesmo tempo, compatíveis com os objetivos globais e técnicos, e economicamente viáveis; conceber uma instrumentalidade institucional capaz de evitar óbices estruturais, políticos e sociais; estabelecer medidas de política administrativa que confiram certa automaticidade à sua execução; fornecer os instrumentos de política econômica que indiquem as fontes de financiamento e os meios de obtenção do recursos necessários; e, finalmente, instituir organismos encarregados da sua execução e coordenação, de forma a criar um sistema de planejamento dinâmico e permanente, que forneça as informações necessárias à promoção das correções que as experiências vierem a indicar.

15. OBJETIVO SÍNTESE DO PLANEJAMENTO

É preciso, por último, criar-se uma nova concepção do desenvolvimento urbano, colocando-o num plano mais amplo e interdisciplinar, e dando-se o justo realce às suas grandes funções: a de importante segmento do desenvolvimento econômico e social, e a de notável coadjuvante do desenvolvimento nacional e regional.

A plena realização dessas grandes funções só poderá ser alcançada através de um programa de investimento na infra e superestrutura econômica e social, orientado por um planejamento global e ambicioso, onde os anseios sociais sejam incorporados como objetivo síntese. Paralelamente, devem ser empreendidas profundas reformas jurídicas que institucionalizem o planejamento urbano como parte integrante do planejamento em todos os níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – Abelardo de Lima Puccini
 - Introdução à Programação Linear
- 2 – A. Delorenzo Neto
 - A Reorganização das Áreas Metropolitanas
- 3 – Alberto O. Hirschman
 - Projetos de Desenvolvimento
- 4 – Alberto O. Hirschman
 - Estratégia do Desenvolvimento Econômico
- 5 – Alberto Urdeneta
 - Custo de Planejamento Urbano
 - Revista – Planejamento na Bahia
- 6 – Alfonso G. Barbancho
 - Fundamentos e Possibilidades da Econometria
- 7 – Anibal Pinto
 - Distribuição da Renda na América Latina e Desenvolvimento
- 8 – Ansley Coale e Edgard Hoover
 - População e Desenvolvimento Econômico
- 9 – Antonio Delfim Neto
 - Planejamento para o Desenvolvimento Econômico
- 10 – Antoni R. Kuklinski
 - Metas de las Políticas Regionales y Objetivos de la Planificación Regional
- 11 – Arturo Nunez del Prado
 - La Experimentación Numérica como Instrumento de Planificación de Corto Plazo
- 12 – Arthur Hillman
 - Organização da Comunidade e Planejamento
- 13 – Associação Internacional de Administração Municipal
 - Planejamento Urbano
- 14 – Biblioteca de Administração Municipal
 - Leituras de Planejamento Urbanismo
- 15 – Carlos A. de Mattos
 - Algunas Consideraciones sobre la Movilidad Espacial de Recursos en los Países Latino-Americanos
- 16 – Carlos A. de Mattos
 - Estratégias de Desarrollo Regional Polarizado en la Planificación Nacional en América Latina
- 17 – Carlos A. de Mattos
 - Notas sobre la Planificación Regional a Escala Nacional
- 18 – Carlos Geraldo Longoni
 - Distribuição de Renda
- 19 – Carlos Maurio de Carvalho Ferreira
 - Dois Estudos de Regionalização
- 20 – Carlos Maurio de Carvalho Ferreira
 - Uma Metodologia para um Estudo de Polarização e Seleção de Polos de Desenvolvimento em Minas Gerais

- 21 – Charles Abrams
* Habitação, Desenvolvimento e Urbanismo
- 22 – Charles Betelheim
* Planificação e Crescimento Acelerado
- 23 – Celso Furtado
* Formação Económica do Brasil
- 24 – Celso Furtado
* Teoria e Política do Desenvolvimento Económico
- 25 – Clovis de Faro
* Elementos de Engenharia Económica
- 26 – Eduardo Neira Alva
*** O Desenvolvimento Urbano
do livro: Dez anos de Luta pela América Latina
- 27 – Eduardo Neira Alva
*** Las Políticas de Desarrollo en América Latina
- 28 – Edmar Lisboa Bacha e outros
* Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil
- 29 – Eros Roberto Grau
* Regiões Metropolitanas
- 30 – Everett E. Hagem
* Economia do Desenvolvimento
- 31 – Fernando Pedrão
*** Una Introducion a la Política Económica Regional
- 32 – François Perroux
* A Economia do sec. XX
- 33 – G. C. Archiball e Richard G. Lipsey
* Tratamento Matemático da Economia
- 34 – G. E. Chadwick
* Una Vision Sistemica del Planeamiento
- 35 – Gerão E. Ellenrieder
* Programação Linear
- 36 – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN
* Uma Política de Desenvolvimento Económico do Nordeste
- 37 – Guerreiro Ramos
* Administração e Estratégia do Desenvolvimento
- 38 – Gunnar Myrdal
* Subdesenvolvimento
- 39 – Hamilton C. Tolosa
** Política Nacional de Desenvolvimento: Uma Visão Económica
Revista – Pesquisa e Planeamento Económico – IPEA
- 40 – Hamilton C. Tolosa
*** Polos de Crescimento: Teoria e Política Económica
- 41 – Hamilton C. Tolosa
** Macro Economia da Urbanização Brasileira
Revista – Pesquisa e Planeamento Económico – IPEA
- 42 – Harry W. Richardson
** Elementos de Economia Regional

- 43 – Henri Meot
*** Concepto de Region
- 44 – Henrique Rattner
* Planeamento Urbano Regional
- 45 – Hugh O. Nourse
* Economia Regional
- 46 – Irma Adelman
* Teoria do Desenvolvimento Económico
- 47 – Jacques Boudeville
*** Economia Regional
- 48 – James T. Hughes
*** Economía del Desarrollo Urbano
- 49 – Jan Tinbergen
* Introdução à Teoria de Política Económica
- 50 – Jan Tinbergen
* Programação para o Desenvolvimento
- 51 – Jan Tinbergen
* Planeamento Central
- 52 – Jean Gottman
*** Dinamida de las Grandes Ciudades y Políticas de Planificación
- 53 – Jean Palhinck
*** La Teoria del Desarrollo Polarizado
- 54 – Jean Tricart e Milton Santos
* Estudos de Geografia da Bahia
- 55 – John R. P. Friedman
* Introdução ao Planeamento Regional
- 56 – John R. Meyer
* Economia Regional
- 57 – Jorge Gustavo da Costa
* Planeamento Governamental
- 58 – Jorge Ahumada
* Teoria y Programacion del Desarrollo Economico
- 59 – J. Johnston
* Métodos Económicos
- 60 – José da Silva Azevedo e outros
*** Estudo da Regionalização da Bahia
- 61 – Jos G. M. Hirhorst
* Planeamento Regional
- 62 – José Ramos Lasuen
*** Sobre Desenvolvimento Nacional e Urbano
- 63 – José Paschoal Rossetti
* Política e Programação Económicas
- 64 – Kingsley Davis e outros
* Cidades: A Urbanização da Humanidade
- 65 – Lauchin Curriel
* Aceleração do Desenvolvimento

- 66 – Lamartine Cardoso
* Geografia Econômica do Brasil
- 67 – Lewis Mumford
* A Cultura da Cidade
- 68 – Lloyd Rodwin
* Planejamento Urbano
- 69 – Manuel Correia de Andrade
* Espaço, Polarização e Desenvolvimento
- 70 – Manuel Correia de Andrade
* Geografia Econômica do Nordeste
- 71 – Manuel Pernaut Andanaz
* Teoria Econômica
- 72 – Mário Henrique Simonsen
** Dois Conceitos de Desenvolvimento
do livro: Ensaio Econômicos
- 73 – Maurice Dobb
* Crescimento Econômico e Planejamento
- 74 – Maurice Flamant
*** Concepto y Utilizacion de las Economias Externas
- 75 – Michael D. Intriligator
* Optimizacion Matematica y Teoria Economica
- 76 – Milton Santos
* Geografia e Economia Urbana en los Paises Subdesarrollados
- 77 – M. M. Webber e outros
* Indicadores sobre la Estructura Urbana
- 78 – Osandy Ribeiro Teixeira
** Polarização e Desenvolvimento Espacial – Revista Econômica do Nordeste
- 79 – Oswaldo Dorio Filho
*** Crescimento Urbano, tema e considerações
- 80 – Paulo R. Haddab
** Planejamento Regional
- 81 – Paulo R. Haddab
*** A Interdependencia Estrutural e o Desenvolvimento Regional
- 82 – Paulo R. Haddab
** Base Economica e Fluxos Intersetoriais
- 83 – Paul A. Samuelson
* Introdução à Análise Econômica
- 84 – Pedro Vuskovic
*** Tecnicas de Planificacion
- 85 – Pedro Vaz e Otávio Rodriguez
* Modelo de Crescimento Econômico
- 86 – Peter José Schweizer
* O Planejamento do Desenvolvimento Urbano
- 87 – Ricardo Ciboti y Enrique Sierra
*** El Sector Publico en la Planificacion del Desarrollo

- 88 – Ricardo Ciboti
*** La Infra-estructura en la Planificacion del Desarrollo
- 89 – Richar H. Leftwich
* Sistema de Preços e Alocação de Recurso
- 90 – Robert C. Bingham
* A Economia em Linguagem Matemática
- 91 – R. Todaro
*** Elementos de Análise Regional
- 92 – Rubens Vaz da Costa
*** A Preservação do Meio Ambiente e o Controle da Poluição
- 93 – Rubens Vaz da Costa
*** Desenvolvimento e Crescimento Urbano no Brasil
- 94 – Russel Ackoff e M. W. Sasien
* Pesquisa Operacional
- 95 – Sergio Boisier
*** Industrializacion, Urbanizacion y Polarizacion
Hacia un Enfoque Unificado
- 96 – Sergio Boisier
*** Interacion entre Regiones de un Sistema
- 97 – Vittorio Marrama
* Política Econômica de los Paises Subdesarrollados
- 98 – Vittorio Marrama
* Programas e Tecnicas de Programação Econômica
- 99 – W. Arthur Lewis
* Os Principios do Planejamento Econômico
- 100 – Walter Isard
* Methodos de Analisis Regional
- 101 – Walter Shohr
*** La Definicion de Regiones en Relacion com el Desarrollo Nacional y Regional
- 102 – William H. Miernnyk
* Elementos de Análise de Insumo Produto
- 103 – William O. Thweatt
* Teorias do Desenvolvimento Econômico
- 104 – William R. Thompson
* Un Prefacio a la Economia Urbana
- 105 – Wilfred O.
*** Una Estrategia para Transporte e Desenvolvimento Urbano
- 106 – Harley H. e G. Taylor
*** Orçamento, Programa e Análise a Benefício/Custo

NOTA:

- * Livro
** Artigo Publicado em Revista
*** Estudo – publicações em separado